

PROJETO DE LEI N.º 1.650, DE 2024

(Do Sr. Roberto Duarte)

Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para estabelecer o quórum referente ao julgamento da ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade de emendas à Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4937/2019.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI N° DE 2024

(Do Sr. ROBERTO DUARTE)

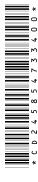
Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para estabelecer o quórum referente ao julgamento da ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade de emendas à Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. O art. 23 da Lei n° 9.868, de 1999 passa a vigorar acrescido do § 2° com a seguinte redação:

"Art. 23			
§1°			
§2º A constitucionalidad Constituição será procla qualificada de 2/3 (dois Tribunal Federal." (NR) Art. 2º. Esta Lei entra el	ımada se houve terços), ou seja,	er a manifestação de oito ministros	o de maioria s do Supremo
Sala das Sessões, em	,de	,de 2024	

ROBERTO DUARTE
Deputado Federal – REPUBLICANOS/AC





JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade fixar quórum qualificado para as ações de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade de emendas à Constituição Federal perante o Supremo Tribunal Federal.

Pretende-se com a presente proposta legislativa conferir maior legitimidade às decisões proferidas pelo Poder Constitucional Derivado, uma vez que se trata de caso especial e hierarquicamente superior à apreciação de constitucionalidade das leis em geral, conferindo às emendas à Constituição características legais especiais, condizentes com a sistemática do ordenamento jurídico pátrio.

Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal tem assumido importância crescente no cenário nacional, decidindo questões antes atribuídas ao parlamento, adotando decisões de caráter eminentemente político.

É de se reconhecer que os mecanismos decisórios do Supremo Tribunal Federal devam ser reforçados, visando assegurar maior consenso entre os Poderes do Estado e maior segurança jurídica.

As emendas à Constituição merecem proteção especial contra eventuais declarações de inconstitucionalidade, no sentido de assegurar maior respeito à soberania popular, através de seus representantes, que integram o Poder Constituinte Derivado.

Por outro lado, o presente projeto de lei pretende assegurar maior coerência ao sistema constitucional, uma vez que, para a aprovação de emendas à Constituição bem como para a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, se exige a maioria qualificada de 3/5 (três quintos) e 2/3 (dois terços), respectivamente.

Finalmente, não se pode deixar de registrar que não é razoável, após percorrer anos de tramitação nas duas casas do Congresso Nacional, superando todas as etapas, uma emenda à Constituição possa vir a ser declarada inconstitucional pelo



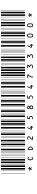


Supremo Tribunal Federal, por maioria simples. Por isso, merece a questão ser submetida a quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Em face de todo o exposto, considerando que a inovação trazida pelo presente projeto de lei muito contribuirá para o aperfeiçoamento do controle de constitucionalidade no Brasil, conclamamos os nossos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2024

ROBERTO DUARTE
Deputado Federal – REPUBLICANOS/AC







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.868, DE 10 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199911-
NOVEMBRO DE 1999	<u>10;9868</u>

FIM DO DOCUMENTO